

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DA PESCA**

**Data:** 06 de julho de 2006

**Local:** Sala de Reuniões do Syndarma, Rua Visconde de Inhaúma, 134, sala 1005, Centro, Rio de Janeiro

**Participantes:** José Roberto de Novaes Moniz de Aragão (Coordenador-DRT-RJ); José Emílio Magro (MTE/DRT/ES); CMTe José Roberto Paulon Silva (DPC); Armando Amorim Vidigal (SYNDARMA); Luiz R.L. Penteado (FNTTAA); Manuel Julião Serra (FNTTAA), Thomé Cristelo Espongeiro (SAPERJ); Antônio Moreira da Silva (SIPERJS); José Augusto Carvalho de Mendonça (SAPERJ); Vera Albuquerque (UEITPA).

- 1) A reunião iniciou-se com o quorum mínimo necessário.
- 2) Seguindo-se a pauta, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior, com modificações na redação dos itens 2,4,5 , que segue em anexo com as devidas correções.
- 3) Em seguida o Sr. Coordenador fez referência á necessidade da confecção de um Regimento Interno de funcionamento da Subcomissão, sugerindo a adoção dos termos do regimento da CPNA.
- 4) O representante da DPC fez, conforme acertado na 1ª RO, uma apresentação das Normas da Autoridade Marítima aplicáveis à pesca.
- 5) O Sr. Coordenador observou ao presentes, que a Normam 01/DPC/2005 no seu Anexo 3 L, não considera requisitos de habitabilidade para embarcações com menos de 20AB que não solicitam licença de construção. Argumentando que a NR-30 Anexo deveria corrigir esta lacuna.
- 6) O representante do Syndarma sugeriu que as Normam sejam adaptadas ás determinações resultantes da subcomissão da pesca.
- 7) O Sr. Coordenador solicitou que a DPC, apresente os detalhes dos requisitos de habitabilidade previstos na Norma 1.
- 8) O Sr. Coordenador comentou sobre as discussões no âmbito da SEAP, sobre o PROFROTA e exibiu algumas plantas de embarcações que solicitaram financiamento de construção á SEAP. O representante da DPC complementou que o grupo, da qual a Marinha do Brasil também faz parte, discute assuntos ligados a SST.
- 9) Em seguida passou-se a discussão por bancada do roteiro a ser seguido. O representante do SYNDARMA considerou satisfatório o modelo de Norma Espanhol no que foi seguido pelos representantes dos trabalhadores, sendo aprovado pela subcomissão a aprovação deste material como guia dos trabalhos.
- 10) Foi solicitada, no que se prontificou o representante do SYNDARMA, a tradução do material para o Português.
- 11) O Sr. Coordenador, citando a Conv. OIT 126, alertou sobre a importância do texto, por ser uma Convenção ratificada pelo Brasil e, em seguida, colocou sob para deliberação que parâmetros seriam considerados na norma: AB que

denomina arqueação ou o critério de cumprimento da embarcação. O representante d SYNDARMA, informou que irá consultar o texto em inglês para certificar-se sobre a tradução do significado do conceito de tonelagem colocado no texto da C.126 se equivale ao conceito de Arqueação Bruta. O assunto ficará para a próxima reunião, entretanto a princípio a decisão foi adotar o critério de comprimento por ser de maior praticidade de verificação. A DPC irá consultar a Engenharia Naval para opinar. O SYNDARMA endossou a necessidade da presença da Engenharia Naval para auxiliar no entendimento do assunto, o que foi aceito pela Subcomissão.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, ficando acertada a próxima reunião para o dia 16 de agosto de 2006 às 14:00 horas na sede do SYNDARMA no Rio de Janeiro.

Rio, 06 de julho de 2006

**José Roberto de Novaes Moniz de Aragão**  
**Coordenador da Subcomissão da Pesca**